



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



RACISMO CONTRA MULHERES NEGRAS NO SUS: UMA ABORDAGEM ÉTICA

Alinne Adley de Moraes Souza¹

Beatriz de Oliveira Castelli²

Isabella Costa de Paula³

Raissa Rodrigues Rama⁴

Eleno Marques de Araujo⁵

Resumo: Uma grande parcela da população negra, em especial a mulher negra, é afetada pelo racismo institucional na área da saúde. Este resumo tem como objetivo relatar e discutir a vulnerabilidade a que este público é submetido na saúde pública. Esta revisão bibliográfica é amparada em 9 estudos de 2015 a 2022 sobre o tema supracitado. Comprovou-se como resultado deste estudo que a população negra, em especial as mulheres negras, sofrem discriminação nos serviços de saúde. Também observou-se que os indivíduos que sofrem esse tipo de racismo institucional tendem a se afastar dos serviços de saúde, e quando não se afastam o diálogo entre paciente e esses serviços acabam por ser ineficazes. Diante dos achados, é preciso estimular discussões sobre o tema e desenvolver ações que, além de trazer à tona essas disparidades, possam ajudar a entender como a discriminação afeta a saúde das mulheres negras.

Palavras-chave: Racismo. mulheres negras. SUS. ética profissional.

INTRODUÇÃO

A exclusão racial e as dificuldades apresentadas pela população negra para se obter acesso à saúde ainda são problemáticas persistentes no Brasil devido ao racismo estrutural. Ao procurar informações associadas a saúde da mulher negra, principalmente no Sistema Único de Saúde (SUS), nota-se uma escassez em estudos acerca da temática, o que pode

¹ Estudante do curso de Medicina do Centro Universitário de Mineiros. Contato: alinne_adley@academico.unifimes.edu.br

² Estudante do curso de Medicina do Centro Universitário de Mineiros.

³ Estudante do curso de Medicina do Centro Universitário de Mineiros.

⁴ Estudante do curso de Medicina do Centro Universitário de Mineiros.

⁵ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da UNADES – PY. Acadêmico do nono período do curso de direito da UNIFIMES. Professor titular na UNIFIMES



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



explicitar uma falha no avanço e na solidificação da saúde dessa população, principalmente quando se trata das mulheres (LIMA et al., 2021).

Com a criação de movimentos sociais, como o Movimento de Mulheres Negras, e a criação de políticas públicas e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), buscou-se aumentar a representatividade e contribuir com os princípios do SUS, como a integralidade e a equidade, além de reconhecer as condições desiguais resultantes de processos sociais, culturais e econômicos injustos que ocorreram em diversos momentos na história do país (BRASIL, 2017).

A construção de nossa história, embasada em desigualdades, reservavam à população negra um lugar nos estratos socioeconômicos com padrões de vida mais difíceis. Não há como contestar que o racismo encoberto ainda persiste em nossa cultura hoje, apesar do fato de que a escravidão para os negros e seus descendentes foi oficialmente abolida (BRASIL, 2017).

De acordo com um estudo sobre desigualdades raciais na assistência obstétrica, as mulheres que se autodenominam pardas (segundo a classificação do IBGE) apresentam maior risco pré-natal, menos consultas e menor chance de serem acompanhadas do que as mulheres brancas. Juntamente com as preocupações já mencionadas, as mulheres pretas frequentemente descrevem estar longe de sua "maternidade de referência" e apresentam uma probabilidade maior do que o normal de não receber anestesia local durante as episiotomias. Com a análise dos estudos, foi possível aferir que mulheres negras, com menor escolaridade, com idade entre 20 e 34 anos e nordestinas tiveram maiores porcentagens de mulheres relatando abuso verbal, físico ou psicológico após o parto (LIMA et al., 2021).

As mulheres negras são vítimas do racismo e do machismo, agravando ainda mais a vulnerabilidade desse público. Esses fatores esclarecem a necessidade de mais discussões e estudos sobre o tema, além de mais intervenções estatais.

METODOLOGIA

O presente estudo aborda uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa descritiva, que tem em vista analisar no âmbito ético a prática do racismo em mulheres negras atendidas pelo SUS. Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada “a partir do levantamento de



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.”

A busca das referências foi efetuada através das bases de dados: Google Acadêmico, PubMed, Literatura Latino-Americana e Scientific Electronic Library Online (SciELO) por meio dos descritores (DeCS/MeSH): “SUS”, “ética médica”, “racismo”, “população negra” e “mulheres”.

Os critérios de inclusão foram estudos originais acerca do recorte temático da pesquisa disponíveis online com acesso integral ao conteúdo, compreendidos entre os anos de 2015 e 2022, escritos em inglês ou português. Excluíram-se estudos que não possuíssem uma metodologia evidente e clara, indisponíveis na íntegra online e pesquisas sem embasamento ou incompletas em relação ao objetivo.

A estratégia de busca encontrou 35 artigos, dos quais apenas 9 foram incluídos na revisão, para essa seleção e execução do resumo, foram aplicadas as seguintes etapas: leitura de títulos, resumos e artigos completos, escolha de trabalhos que incluíssem o objetivo do estudo, realização de leitura interpretativa e, por fim, a produção textual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil, um país miscigenado, possui uma ilusória democracia racial, uma vez que as relações são pautadas por disparidades e desigualdades. Nesse sentido, o racismo é uma prática que discrimina grupos sociais ou étnicos, ou seja, marginaliza a população negra, dificultando o exercício pleno de seus direitos, como o acesso aos serviços de saúde (SILVA; LIMA, 2021). Outrossim, pessoas negras são taxadas como a parcela da população que está em posição de desvantagem econômica e cultural, fato que reforça um estereótipo errôneo e discriminatório nas relações raciais do país (MIRANDA, 2015).

Nesse sentido, a criação do SUS, em 1988, aderiu como princípio a universalidade ao acesso do sistema de saúde, assim, na teoria, todas as pessoas têm acesso igualitário a esse serviço, independente de sexo, cor e outras características pessoais. Contudo, devido ao racismo estrutural presente na sociedade, nota-se que há diferenças no atendimento entre mulheres negras, pardas e brancas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2018). Diante essa realidade, é notória a restrição ao acesso e ao atendimento por parte das mulheres negras,





VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



como as dificuldades que possuem para passar por consultas ginecológicas e de pré-natais completas, bem como escassas informações sobre a gravidez e o aleitamento materno, uma vez que os profissionais sonham tempo a explicações mais detalhadas por diminuírem a capacidade cognitiva dessa parcela da população (MIRANDA, 2015).

Somado a isso, nos casos de violência obstétrica pode apresentar uma hierarquia sexual, ou seja, quanto maior a vulnerabilidade da paciente, mais ela estará sujeita a um procedimento humilhante, bem como mais susceptível a negligência ou omissão de socorro, por exemplo, mulheres pobres, negras, profissionais do sexo, dentre outras (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2018).

Assim, a negligência no atendimento profissional nesses casos evidencia que a cor da pele possui influência na qualidade da assistência e atenção à saúde da mulher (LESSA *et al.*, 2022). Logo, a incompreensão do racismo como crime não permite a implementação das diretrizes de legislações e políticas específicas, bem como não faz perceber o quanto esse crime afeta o percurso de cuidados dirigidos aos negros (SILVA; LIMA, 2021).

Além disso, a violência obstétrica pode ter como consequência a mortalidade materna, uma vez que ela aumenta o risco de eventos adversos ocasionados devido ao manejo agressivo durante o parto (DINIZ, *et.al.*, 2015). Sob essa perspectiva, de acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), em 2012 houve 1.583 mortes maternas, dentre essa quantidade, 60% eram mulheres negras e 34% brancas (BRASIL, 2017). Ademais, no ano de 2020 observou-se um aumento nos óbitos maternos, totalizando 1.965 casos, sendo 65% mulheres negras e pardas, mas o óbito das mulheres brancas reduziu, representando 29%. (BRASIL, 2020). Diante disso, a diferença significativa entre esses dois grupos de mulheres pode ser um reflexo do racismo, pois há o estereótipo de que mulheres negras suportam mais a dor e assim não recebem a anestesia adequadamente, de modo que aumenta o risco de evoluir para óbito no parto devido a uma negligência do profissional da saúde (CURI; RIBEIRO; MARRA, 2020).

Portanto, as políticas públicas devem findar os impasses existentes no mecanismo de acesso desse grupo, com o intuito de constituir uma equidade na sociedade, bem como propagar o respeito racial em todos os níveis de atenção do SUS e a responsabilização legal de atitudes preconceituosas contra mulheres negras (SILVA; LIMA, 2021).





VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados demonstraram que a população negra continua enfrentando discriminação no acesso aos serviços públicos de saúde, mesmo com uma política voltada para o atendimento dessa população. É importante ressaltar que um dos princípios fundamentais do SUS é a equidade, o que significa que os serviços de saúde devem oferecer atenção diferenciada e individualizada para aqueles que não são iguais, a fim de reduzir as diferenças de vulnerabilidade da população. No caso da população negra, e em especial da mulher negra, historicamente submetida à exclusão econômica, política, cultural e social, cabe aos serviços de saúde garantir atendimento adequado para essa comunidade fragilizada pelo tempo. Também foi demonstrado que os serviços de saúde aumentam a vulnerabilidade desses grupos populacionais, aumentando as barreiras de acesso a tais serviços, reduzindo as oportunidades de comunicação e isolando os usuários.

Portanto, espera-se que os resultados obtidos neste estudo possam servir de incentivo para outras investigações que se proponham pesquisar o impacto do racismo sobre a saúde da mulher negra, como para a adoção, por parte dos poderes constituídos, de medidas efetivas para a redução dessa iniquidade racial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL E ÓBITOS MATERNOS - BRASIL**. 2020. Disponível em:

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/mat10uf.def>. Acesso em: 23 mar. 2023.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do sus**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 46 p. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.p. Acesso em: 28 mar. 2023.

CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomaz de Aquino; MARRA, Camilla Bonelli. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 156-169, 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 abr. 2023.

DINIZ, Simone Grilo et al. Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua



PESQUISA
UNIFIMES



Diretoria
de Inovação e
Empreendedorismo



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



prevenção. **J. Hum. Growth Dev.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 377-384, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822015000300019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 mar. 2023.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila).

LESSA, Millani Souza de Almeida; NASCIMENTO, Enilda Rosendo; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; SOARES, Ieda de Jesus; RODRIGUES, Quessia Paz; SANTOS, Carlos Antônio de Souza Teles; NUNES, Isa Maria. **Pré-natal da mulher brasileira: desigualdades raciais e suas implicações para o cuidado**. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 10, p. 3881-3890, out. 2022. Acesso em: 01 abril. 2023

LIMA, Kelly Diogo de; PIMENTEL, Camila; LYRA, Tereza Maciel. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 3, 15 nov. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26suppl3/4909-4918/pt/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MIRANDA, Rosane de Sousa. **Racismo no Contexto da Saúde: Um Estudo Psicossociológico**. 2015. 188 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Acesso em: 01 abril. 2023

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **WHO recommendations: intrapartum care for a positive childbirth experience**. Geneva: Who, 2018. 210 p. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/260178/9789241550215-eng.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SILVA, Helena Clécia Barbosa da; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **Racismo institucional: violação do direito à saúde e demanda ao serviço social**. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 331-341, ago. 2021. Acesso em: 01 abril. 2023.